****ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 2º BIÊNIO****

Aos vinte e oito do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 09:00 horas, em uma videoconferência por meio da ferramenta “Teams”, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: sra. Mariana Brito, representante titular de SGM; a sra. Amanda Souza, representante suplente de SGM; o sr. José Roberto de Campos Lima, representante titular de SME; o sr. Mildo Ferreira, representante suplente do Conselho Tutelar, o sr. Esequias Marcelino da Silva Filho, representante suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a sra. Maria Paula de Albuquerque, representante titular do Centro de Recuperação e Educação Infantil (CREN); a sra. Maria Rosa Lopes Pereira, representante titular da Fundação Comunidade da Graça; a sra. Suelem dos Santos Rolim representante suplente da Fundação Comunidade da Graça; e a sra. Isabela Grilo Pessoni, representante titular de SMDHC, e também a sra. Débora Gambetta Paim e o sr. Eduardo dos Anjos Barboza, de SGM; o sr. Laercio Moreira do gabinete da vereadora Janaína Lima; a sra. Marielza Micheli Silva, a sra. Vivian Lie Kato de Lima e sra. Maria Ines Shigekawa, de SMADS; e a sra. Cecilia Scifoni Bascchera, de SMDHC.

A sra. Mariana (SGM) inicia a reunião solicitando que os membros da Comissão se apresentassem. Em seguida, Débora (SGM) e Mariana (SGM) apresentam a pauta da reunião: apresentação dos relatórios do Executivo, CMDCA, Legislativo e sociedade civil referentes à implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), ano de referência 2021. Ainda, sra. Mariana relembra sobre a apresentação do 3º Balanço durante a Semana Municipal pela Primeira Infância, agendada para sexta-feira, dia 05 de julho de 2022, das 15:00 às 17:00 de forma virtual.

Sra. Mariana (SGM) inicia e comenta como se dará a apresentação do Executivo Municipal; primeiro uma apresentação sucinta do Plano de Ação 2021-2024 do PMPI e, após, avanços alcançados em 2021. Ressalta a importância de discutir, de forma aprofundada, sobre os resultados expostos nos relatórios. Inicia a exposição abordando o Plano de Ação 2021-2024, lançado na Virada ODS (08/08/2022).

Sra. Mariana (SGM) comenta brevemente sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância, abordando sua linha do tempo, eixos, metas e estratégias. Em seguida, apresenta a estrutura e metodologia do Plano de Ação 2021-2024, destacando que o documento prevê as iniciativas que deverão ser implementadas pelo Executivo, diferentemente do Plano Municipal o qual prevê ações para múltiplos atores. Para elaboração do Plano de Ação, houve a participação de 15 Secretarias Municipais e o documento possui metas intermediárias previstas para 2022 e 2024. Há também a priorização de crianças residentes nos 15 distritos mais vulneráveis, identificados a partir da atualização do diagnóstico territorial, e famílias em situação de rua e, como diretrizes estratégicas, a priorização da redução das desigualdades, urgindo as questões raciais, bem como o enfrentamento aos impactos negativos da Covid-19.

 Sobre as ações previstas no Plano de Ação 2021-2024, foram destacadas:

1. No Eixo I - Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância, pontua: implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância (Curso de capacitação EAD + Plano de comunicação); implantação de sistema de comunicação intersetorial para registro e encaminhamento de casos dos fluxos de alerta; ampliação da rede de serviços: ESF (40) e SASF (5); revisão do protocolo integrado de visitação domiciliar; implementação de piloto de serviço integrado de apoio a gestantes e famílias; implementação de Cadastro Base de Pessoas; expansão do acesso ao Sistema Integrado da Primeira Infância.
2. No Eixo II - Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral, destaca: atendimento de 100% da demanda registrada de crianças de 0 a 3 anos na educação infantil; publicação de protocolo integrado para busca ativa de crianças fora da escola; 8 Parques Municipais com rotas internas acessíveis e parques adequados para crianças de 0 a 6 anos implantados; 10 Territórios Educadores implantados em distritos prioritários para primeira infância; áreas de lazer para crianças da primeira infância em 75% dos novos conjuntos habitacionais; 100% dos serviços para gestantes e crianças na primeira infância descritos e/ou atualizados na Carta de Serviço da Política de Atendimento ao Cidadão/ã; qualificação de 48 bibliotecas com mobiliário e materiais para atividades com crianças na primeira infância.
3. No Eixo III - Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância, destaque para: ampliação da rede de serviços (1 CAE Família, 2 CAE Família Imigrante, 1 Núcleo de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, 1 Centro de Referência em Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, 1 Centro de defesa dos direitos da população em situação de rua, 1 Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Violência, 6 equipes de Consultório na Rua); publicação de protocolo integrado para busca ativa de gestantes que não acessam serviços públicos; informatização e aprimoramento dos registros do SEAS; elaboração da Política Municipal para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; 60% das crianças de 0 a 6 anos em medidas protetivas inseridas diretamente no acolhimento familiar (Família Acolhedora); implantação de central de vagas para acolhimento de mulheres em situação de violência; elaboração e implementação de Programa de Formação para Conselheiros Tutelares; publicação de protocolo integrado para detecção de situação que requerem atenção especializada; programas de combate à pobreza, habitação e prevenção e tratamento do abuso de drogas integrados ao protocolo de atendimento para primeira infância.
4. No Eixo IV - Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância, evidencia: alcance de cobertura vacinal de 95% para duas das quatro vacinas aplicadas de 0 a 2 anos; captação de dados antropométricos de crianças menores de 5 anos e gestantes beneficiárias do Bola Família ampliada para 32%; redução das taxas de déficit de altura em 15%, de excesso de peso em 2,5% e de baixo peso em 0,75% em crianças menores de 5 anos; coeficientes de mortalidade infantil e mortalidade materna reduzidos para 11/1.000 nascidos vivos e 45/100.000, respectivamente; redução de taxa de nascidos vivos de mães adolescentes para 8,9%; aumento da prevalência de partos normais para 49,2%; número de novos casos de sífilis congênita em menores de 1 ano mantido abaixo de 1.050 casos por ano; implementação de Sistema Monitoramento Transmissão Vertical em 100% das maternidades municipais; ampliação da rede de serviços: 6 CAPS; publicação de protocolo integrado de atenção em situações de sofrimento mental; atendimento odontológico a 60% das gestantes em atendimento de pré-natal; atendimento em saúde bucal a 50% das crianças cadastradas no PSE; redução do coeficiente de mortalidade por acidente até 5 anos para 5%.

Em seguida, sra. Mariana (SGM) inicia apresentação da implementação das estratégias do PMPI, no ano de 2021, pelo Executivo. São expostas as seguintes informações: 30 metas (96,8%) tiveram ao menos uma de suas estratégias endereçadas; 14 (45%) tiveram todas as estratégias endereçadas; 108 estratégias (80%) já começaram a ser executadas. Ainda, 6,7% das estratégias foram suspensas em razão da pandemia, demonstrando os impactos da pandemia na implementação das políticas; bem como 1,48% das estratégias não iniciadas são de responsabilidade de outros atores, revelando como o Plano Municipal é um somatório da esforços. Sra. Paula (CREN) solicita exemplos de estratégias que ainda não foram iniciadas em decorrência de demandarem ações prévias em andamento. Sra. Débora (SGM) exemplifica com a estratégia de avaliação de impacto do Plano, visto que necessita da definição de metodologia pela Comissão, a ser iniciada.

Ademais, no que concerne às iniciativas do Plano de Ação 2021-2024, sra. Mariana (SGM) informa que: iniciativas concluídas e em andamento em 2021 somam 65% do total e, mesmo com a pandemia, 92,3% das iniciativas de caráter permanente foram mantidas. 7,9% das iniciativas foram concluídas em 2021; 30,4% das iniciativas ainda não foram iniciadas e 2,09% das iniciativas foram suspensas em razão da pandemia.

Com relação à implementação do PMPI em 2021, são destacadas:

1. No Eixo I: funcionamento da estrutura de governança; publicação do Decreto Municipal nº 60.663, que institui o Cadastro Base de Pessoas, os Cadastros de Uso Geral, o “Login Único” e o Comitê Central de Governança de Dados; aprimoramento do Sistema Integrado da Primeira Infância (CADÚNICO + SIGA +EOL); início da implementação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância; expansão da cobertura de serviços de visitação domiciliar a partir da implantação de 11 novos SASF e 56 novas equipes da ESF.
2. No Eixo II - Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral; há como destaques: atendimento da demanda por vaga em creche – fila permanece zerada; atendimento total da demanda por pré-escola; adesão à Metodologia da Busca Ativa Escolar do UNICEF; lançamento dos programas Bem Viver na Infância e Iniciação Artística para a Primeira Infância (PIAPI); desenvolvimento de projetos para implantação de Territórios Educadores.
3. No Eixo III - Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância; há como destaques: qualificação de serviços de acolhimento (CAE Família e Central de Vagas de Acolhimento Institucional e Familiar); proposta de qualificação dos Conselhos Tutelares; campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e contra crianças e ações formativas (público de mais de 45.000 pessoas); ações de capacitação, reconhecimento e implantação de sites acessíveis a pessoas com deficiência.
4. No Eixo IV - Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância; há como destaques: ações para ampliação da vacinação; redução da mortalidade infantil (11,2 – 2019; 10,1 – 2020; 10,3 – 2021); redução do percentual de nascidos vivos de adolescentes grávidas (9,5 – 2019; 9,2 – 2020; 8,5 – 2021); aumento da prevalência de partos naturais.

Após apresentação dos destaques, sra. Débora (SGM) compartilha o processo de elaboração do relatório. Foi disponibilizada uma planilha online, de maio a julho, para que os representantes nas secretarias municipais pudessem incluir os dados. Ademais, foi percebido pela SGM que a planilha ficou complexa e muito extensa para preenchimento, bem como, por ser uma planilha única, gerou confusão na adição das informações. Ainda, a coleta de dados no meio do ano coincidiu com outros eventos demandantes para as secretariais, como a elaboração da PLOA 2023, assim como se revela pouco útil, em termos de planejamento, porque as ações previstas para 2022 já estão em andamento.

Sra. Mariana (SGM) acrescenta à fala da sra. Débora a necessidade de incorporar a realização, durante a elaboração do relatório, de momentos de troca com outros atores visando pensar conjuntamente ações integradas. Sr. José Roberto (SME) complementa sobre as dificuldades em colocar a informações de forma clara, bem como os desafios para execução das estratégias previstas. Ademais, sra. Paula (CREN) discorre e elogia sobre o formato de organização do grupo, que permite a integração entre Executivo e sociedade civil, bem como a agregação dos dados das secretarias; entretanto, destaca a necessidade de melhorar o olhar distrital sobre as estratégias.

Sra. Cecilia (SMDHC e ex Conselheira do CMDCA) inicia a apresentação do relatório produzido pelo CMDCA. Menciona a Resolução nº 145/CMDCA-SP/2021, de 9 de junho de 2021, que dispõe sobre Conteúdo para Formação de Conselhos Tutelares na Cidade de São Paulo. Para construção do documento, houve uma escuta ativa de Conselheiros, Sistema de Justiça, Legislativo. A ação promovida pelo CMDCA vai ao encontro do previsto no Eixo 3, meta 7.7 e estratégia 7.2 do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Destaca a elaboração do Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/SP/2021, com projetos que visam o desenvolvimento pleno e integral do potencial de crianças no período da primeira infância. Tal ação contribui para o Eixo 1, meta 5 e estratégia 5.1 do Plano Municipal pela Primeira Infância.

No que tange ao FUMCAD, sra. Cecilia destaca um projeto parcerizado que tem como objetivo promover a saúde ocular de crianças na primeira infância, dispondo de sinergia com o Eixo 4, meta 6 e estratégia 6.4 do Plano Municipal pela Primeira Infância. Também, foi realizado no ano de 2021 o desenvolvimento e aprimoramento de ações de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância, conforme o Eixo 1, meta 5 e estratégia 5.1 do Plano.

Após apresentação dos destaques do CMDCA, sra. Cecilia ressalta da importância de pensar, para o próximo balanço, novas estratégias para o monitoramento do CMDCA. Sra. Mariana (SGM) parabeniza pela correlação estabelecida entre as ações do Conselho e as metas do Plano, e de como isso pode ser potencializado para a construção de m balanço com maior profundidade.

Em seguida, sra. Paula (CREN), pela sociedade civil, inicia a apresentação. A metodologia empregada foi o envio de questionários às organizações e comenta que, ao comparar com o outro ano no qual também foi enviado questionário, somente metade das organizações da sociedade civil responderam, totalizando 44 OSCs. Destaque para os distritos Ipiranga, Vila Prudente e Butantã, que possuem o maior número de organizações por distrito.

A primeira pergunta do formulário solicitava a informação da origem dos recursos financeiros para a sustentabilidade da organização. Os convênios e as parcerias com governo apareceram mais numerosamente nas respostas, em seguida patrocínios/doações de empresas e também doações de pessoas físicas.

Ademais, foi solicitado às OSCs informar onde elas acreditam contribuir entre os 4 eixos e as metas do PMPI. Sobre o Eixo 1, mais de 75% das organizações mencionaram a meta 2, de implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço. No que tange ao Eixo 2, mais de 86% das organizações mencionaram a meta 4, de ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância. Já no Eixo 3, mais de 82% dos respondentes citaram a meta 4, promover uma cultura de paz e não violência contra a criança. Finalmente, no Eixo 4, mais de 75% identificaram a meta 1, de alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos.

Na sequência, Sr. Laercio (Poder Legislativo) informa que o relatório do Legislativo, por motivos de troca de equipe, ainda está em elaboração. Menciona o Projeto de Lei nº 562/2021, que trata da educação em tempo integral, e outro Projeto de Lei, ainda sendo elaborado, referente às Escolas de Pais.

Sr. Mildo (Conselho Tutelar) discorre sobre a Lei nº 17.827, sancionada em 7 de julho de 2022, a qual dispõe sobre os Conselhos Tutelares e a criação de uma Comissão de Ética, além de formação continuada dos Conselheiros, padronização de instrumentos para comunicação das Secretarias com os Conselhos e reajuste salarial dos Conselheiros. Sra. Isabela (SMDHC) comenta sobre a baixa adesão dos Conselheiros Tutelares no Curso do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância e a importância do conhecimento pelos Conselhos Tutelares de seus instrumentais.

Adiante, sra. Mariana (SGM) inicia a discussão sobre sexta-feira, na qual haverá a apresentação do Balanço. Sra. Paula (CREN) elenca a importância de ser reproduzida, na fala referente à sociedade civil, do papel dos Conselhos regionais. Por fim, são definidos 15 minutos de fala para cada apresentação dos resultados de cada parte da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Mariana (SGM) encerra a reunião às 12:00 horas e eu, Victor Miranda, lavrei a presente ata, que após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos membros da Comissão presentes.

São Paulo, 28 de julho de 2022.